

ANS 30.214-7

**PREVENTV
SENIOR[®]**

**O plano de saúde
especialista em pessoas.**



www.preventsenior.com.br

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais, apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2018, com informações sobre o desempenho e crescimento da Prevent Senior Operadora de Saúde Ltda. e sua Controlada, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

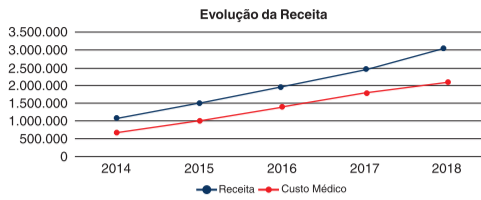
Informações Gerais

A Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa") foi fundada em 04 de abril de 1997, tendo como base um sólido conceito de atendimento médico: a medicina preventiva. É também a pioneira no atendimento dedicado ao adulto+. Enquadra-se como Operadora Médico-Hospitalar, no Segmento Secundário, de acordo com a Resolução RDC nº 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrada sobre o número 30214-7, com sede localizada na cidade de São Paulo. Sua atividade preponderante é a operação de plano privado de assistência à saúde nos termos da Lei nº 9.656/1998, mediante a cobertura de custos assistenciais, com a finalidade de garantir acesso e atendimento por profissionais e serviços de saúde próprios e de terceiros, integrantes da rede credenciada, visando incentivar práticas preventivas e prestar assistência médico-hospitalar. Ao longo de 21 anos de existência, a Operadora tem investido constantemente em infraestrutura, tecnologia, segurança

e aperfeiçoamento dos procedimentos clínicos e cirúrgicos, além de realizar investimentos em iniciativas que promovam saúde e bem-estar de seus beneficiários, o que lhe confere credibilidade e a consolidou como especialista em pessoas. O conceito de atendimento da Operadora, baseado na sua vocação em cuidar de pessoas, foi criado com base na premissa de que não apenas procedimentos, mas o processo avaliado como um todo traz melhores resultados em termos de saúde individual e custos. A rede própria possui unidades na Grande São Paulo e em Santos, composta por Núcleos de Medicina Avançada e especializadas, além das unidades Prevent Senior Medicina Diagnóstica e a rede hospitalar Sancta Maggiore.

Desempenho operacional e financeiro

A Prevent Senior obteve um crescimento de 12% na carteira de clientes com relação ao ano anterior, totalizando 420 mil vidas em 2018 (374 mil vidas em 2017). Houve crescimento nas contraprestações líquidas em 2018 de 24% em relação a 2017, atingindo o faturamento bruto de R\$ 3,0 bilhões (R\$ 2,5 bilhões em 2017) e os custos dos serviços em 2018 representaram 67,5% da receita - em 2017 foram 74,6%.



A empresa tem sido destaque nos rankings anuais de publicações relevantes, como os das Revistas Exame Melhores & Maiores, Época Negócios 360º e Anuário Valor 1000, nos quais ficou entre os dez maiores planos de saúde do país nas edições de 2018.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta Operacional					
Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde		2.865.333	2.324.738	2.866.086	2.325.447
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	22	3.024.945	2.450.228	3.025.715	2.450.946
Impostos Incidentes de Operações de Assistência Médica		(159.612)	(125.490)	(159.629)	(125.499)
Eventos Indenizáveis Líquidos	23	(2.042.950)	(1.828.780)	(2.043.919)	(1.830.148)
Eventos indenizáveis		(2.047.004)	(1.828.222)	(2.048.003)	(1.829.527)
Variação das Provisões de Eventos Sinistros e Não Avisados		4.054	(568)	4.084	(621)
Resultado Bruto das Operações com Planos de Assistência à Saúde		822.383	495.958	822.167	495.299
Receita de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora					
Receitas com Operações de assistência Médico-Hospitalar		5.385	3.201	5.386	3.201
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(338.646)	(284.355)	(338.805)	(284.492)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(14.163)	(16.398)	(14.174)	(16.409)
Provisão para Riscos de Créditos Duvidosos		(12.502)	(10.991)	(12.595)	(11.085)
Despesas de Comercialização	24	(17.171)	(10.292)	(17.171)	(10.292)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(294.264)	(246.674)	(294.319)	(246.705)
Resultado Bruto Operacional, Excetuado o Resultado Financeiro Líquido		489.123	214.804	488.748	214.008
Resultado Financeiro Líquido		23.037	23.184	23.122	23.200
Despesas Financeiras	26	(49.794)	(35.672)	(49.803)	(35.685)
Receitas Financeiras	26	72.831	58.856	72.925	58.886
Resultado Patrimonial		2.338	2.847	2.626	3.627
Resultado da Equivalência Patrimonial	9.a	(286)	(780)	(286)	(780)
Resultado na Alienação ou Baixa do Ativo Imobilizado		(1.641)	193	(1.641)	193
Outros Resultados Patrimoniais		4.267	3.434	4.267	3.434
(=) Resultado Antes dos Impostos (-/+)	27.a	514.498	240.835	514.498	240.835
(-/+) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)					
Corrente	27.a	(169.252)	(76.823)	(169.252)	(76.823)
Diferido	27.b	(170.821)	(78.782)	(170.821)	(78.782)
Lucro líquido do exercício		345.245	164.012	345.245	164.012
Número Quotas (Mil)		113.702	113.702		
Lucro por Quota		3,04	1,44		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício		345.245	164.012	345.245	164.012
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		345.245	164.012	345.245	164.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social		Reserva de Lucros		Total
		Integralizado	Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		113.700	-	228.636		342.336
Integralização de capital		2	-	-		2
Lucro Líquido do Exercício		-	-	345.245		345.245
Distribuição e Pagamento de Dividendos	21.4	-	-	(101.176)		(101.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		113.702	-	472.706		586.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Das atividades operacionais					
Lucro Antes dos Impostos	27	514.498	240.835	514.498	240.835
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e Amortizações de Imobilizado	10.b	32.840	27.225	32.840	27.225
Amortizações de Ativos Intangíveis		1.036	1.137	1.036	1.137
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(4.054)	558	(4.085)	621
Provisão para Riscos de Créditos Duvidosos		12.502	10.991	12.502	11.085
Resultado de Equivalência Patrimonial		288	780	-	-
Provisão para Ações Judiciais		3.522	10.903	3.472	10.904
Decréscimo/(Acréscimo) em Ativos					
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		(24.415)	(24.544)	(24.416)	(24.638)
Créditos Tributários Correntes		(1.968)	7.389	(1.942)	7.384
Estoques, Adiantamentos e Outros Créditos		(1.606)	(5.118)	(1.588)	(5.119)
Depósitos Judiciais		(3.203)	(3.894)	(3.203)	(3.899)
Acréscimo/(Decréscimo) em Passivos					
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		39.018	21.074	38.754	21.297
Outros Débitos de Operações com Plano de Assistência à Saúde		2.352	(16.803)	2.354	(16.803)
Débitos Diversos		14.029	37.500	14.026	37.752
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.082	12.368	1.081	12.370
Obrigações com Pessoal		1.905	15.282	1.905	15.282
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		1.242	1.988	1.245	1.990
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)					
Pagamento de IRPJ e de CSLL		(160.646)	(87.837)	(160.646)	(87.837)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		428.422	250.083	427.833	249.585
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
(Acréscimo) Líquido de Imobilizado	10.b	(86.954)	(84.802)	(86.954)	(84.802)
(Acréscimo) Líquido de Intangível		(258)	(774)	(258)	(774)
(Acréscimo) de Investimentos Prevent Senior Corporate		(760)	(791)	(760)	(791)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(87.972)	(86.367)	(87.212)	(85.577)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento por Terceiros					
(Amortização) Líquido de Ingressos de Empréstimos (Diminuição/Aumento) de Aplicações		(1.027)	(15.762)	(1.027)	(15.762)
Financiamentos não vinculados à longo prazo (Diminuição/Aumento) de Aplicações		(10.843)	(10.673)	(10.843)	(10.673)
Financiamentos Vinculados a Provisões Técnicas		(5.025)	18.009	(5.037)	17.991
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento por terceiros		(16.895)	(8.426)	(16.907)	(8.444)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento com acionistas					
Distribuição e pagamento de dividendos		(101.176)	(101.445)	(101.176)	(101.445)
Aumento (integralização) de capital	20.4	2	(1.445)	2	-
Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades de Financiamento com Acionistas		(101.174)	(101,445)	(101,174)	(101,445)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		222.381	53.845	222.541	54.119
Caixa e Equivalentes de Caixa					
No Início do Exercício		293.914	240.070	294.256	240.137
No Fim do Exercício		516.296	293.915	516.796	294.256
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		222.381	53.845	222.541	54.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos rendimentos mercantis nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração da companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, bem como para o exercício social a findar-se em 31/12/2019.

(ii) **Interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3:

1. O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia e suas controladas devem aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.

2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a constatação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia e de suas controladas.

3. **Nesta interpretação:** (a) "tratamentos fiscais" referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que elas planejam utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) "autoridade fiscal" refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) "tratamento fiscal incerto" é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação.

Alcance da interpretação:

4. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a companhia e suas controladas devem reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação.

Questões da interpretação:

5. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata: (a) se a companhia e suas controladas devem considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a companhia e suas controladas devem elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a companhia e suas controladas devem determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a companhia e suas controladas devem considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamento não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, bem como para o exercício social a findar-se em 31/12/2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entrem em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	348	2.719	849	3.060
Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas	4	105.002	99.977	105.260	100.223
Aplicações Financeiras Não Vinculadas às Provisões Técnicas	5	515.948	291.196	515.948	291.196
Contraprestação Pecuniária/ Prêmios a Receber	6	50.303	38.389	50.309	38.395
Créditos Tributários Correntes	7	5.384	3.417	5.434	3.492
Estoques, Adiantamentos e Outros Créditos	8	23.570	21.046	23.600	21.095
Despesas Antecipadas	-	5.373	5.729	5.373	5.729
Total do Ativo Circulante		705.928	462.473	706.773	463.190
Ativo Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo:					
Aplicações Financeiras Não Vinculadas	5	38.450	27.607	38.450	27.607
Créditos Tributários Diferidos	26.b	7.583	6.014	7.583	6.014
Depósitos Judiciais	19.1	10.073	6.870	10.146	6.943
Outros Créditos a receber		5.762	6.323	5.762	6.323
		61.668	46.814	61.941	46.887
Investimentos:					
Participação Societária - Operadora de Planos de Assistência à Saúde	9	771	299	-	-
Imóveis Destinados a Renda		12.000	12.000	12.000	12.000
		12.771	12.299	12.000	12.000
Ativos Imobilizados:					
Imóveis - Hospitalares		27.371	27.989	27.371	27.989
Imóveis - Não Hospitalares		57.892	18.250	57.892	18.250
Imobilizado de Uso Próprio - Hospitalares		168.459	162.968	168.459	162.968
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		47.991	42.334	47.991	42.334
Outras Imobilizações		40.040	36.099	40.040	36.099

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Modalidades	Tipo de Operação	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Numerário mantido à vista em instituições financeiras	Conta corrente bancária	348	2.719	849	3.060
		348	2.719	849	3.060

Representam numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

4. Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas

Modalidades	Tipo de Operação	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fundos de Investimentos - Renda Fixa		105.002	99.977	105.260	100.223
		105.002	99.977	105.260	100.223

Fundos de investimentos - Renda Fixa: os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

4.1. Movimentação das Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31/12/2017		99.977		100.223
(+) Rendimentos financeiros		6.166		6.178
(-) IOF/IRRF		(1.141)		(1.141)
Saldo em 31/12/2018		105.002		105.260

4.2. Apuração dos Ativos Garantidores

Suficiência das aplicações financeiras garantidoras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vínculo e Garantia das Provisões Técnicas				
Fundo de Investimentos - ANS	105.002	99.977	105.260	100.223
Aplicações Financeiras Garantidoras	105.002	99.977	105.260	100.223
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(19.664)	(23.718)	(19.764)	(23.848)
(-) Provisões (SUS/II)	(13.556)	(8.747)	(13.587)	(8.756)
(-) PESSL (Total)	(58.344)	(49.997)	(58.344)	(50.258)
Garantia Exigida pela ANS	(91.553)	(82.462)	(91.694)	(82.862)
(=) Suficiência dos Ativos Garantidores	13.408	17.515	13.566	17.361

Conforme RN ANS 352/15, a Empresa possui Aplicações financeiras vinculadas a ANS e sua movimentação depende de autorização da ANS, a totalidade do valor constituído das provisões técnicas estão vinculadas por ativos garantidores de acordo com as determinações exigidas.

(ii) Em consonância a RN 392/15, a totalidade do SUS informada neste quadro, não contempla parcelamentos de débitos perante a ANS. Contempla 100% do Débitos Pendentes somados a diferença do % de Adimplência X (ABI x %).

5. Classificação das Aplicações Financeiras Não Vinculadas às Provisões Técnicas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Renda fixa	331.106	177.171	331.106	177.171
Renda variável	3.732	7.382	3.732	7.382
Ações	63	48	63	48
Aplicações em moeda estrangeira	219.497	134.202	219.497	134.202
554.398	318.803	554.398	318.803	
Circulante	515.948	291.196	515.948	291.196
Não circulante	38.450	27.607	38.450	27.607

5.1. Movimentação das Aplicações Financeiras Não Vinculadas às Provisões Técnicas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31/12/2017		318.803		318.803
(+) Adições		2.574.814		2.574.814
(+) Rendimentos		15.142		15.142
(-) Desvalorização		(23.605)		(23.605)
(-) Resgates		(2.351.505)		(2.351.505)
(+) Atualização Monetária		22.175		22.175
(-) IOF/IRRF		(1.426)		(1.426)
Saldo em 31/12/2018		554.398		554.398

6. Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Planos Individuais	52.006	39.992	52.310	39.319
Planos Coletivos	87	44	87	44
	52.093	39.136	52.397	39.363
Provisão para perdas sobre créditos (i)		(1.791)		(747)
Valor Líquido a Receber	50.303	38.389	50.309	38.395

(i) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC), constituída dos títulos de beneficiários em atraso há mais de 60 dias para os planos individuais.

Os vencimentos dos valores a receber estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	11.407	5.214	11.407	5.215
Vencidos até 30 dias	34.399	29.399	34.411	29.409
Vencidos de 31 até 60 dias	4.905	4.173	4.916	4.182
Vencidos de 61 até 90 dias	387	317	400	326
Vencidos de 91 até 120 dias	3	2	14	10
Vencidos de 121 até 180 dias	-	-	-	15
Vencidos acima de 181 dias	992	31	1.250	206
	52.093	39.136	52.397	39.363

7. Créditos Tributários Correntes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ a recuperar (i)	2.890	1.028	2.930	1.095
CSLL a recuperar (ii)	1.512	1.448	1.521	1.457
Outros	983	940	983	940
	5.384	3.417	5.434	3.492

(i) Trata-se de antecipações de IRPJ e CSLL, pagos por estimativa e saldos credores de períodos anteriores.

8. Estoques, Adiantamentos e Outros Créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Estoques de Materiais e Medicamentos (i)	12.649	8.483	12.649	8.483
Adiantamentos para Fomecedores (ii)	3.850	5.586	3.850	5.586
Outros Créditos a Receber	7.071	6.977	7.101	7.026
	23.570	21.046	23.600	21.095

(i) São os medicamentos e materiais hospitalares que são adquiridos e destinados à utilização da Rede Própria hospitalar e ambulatório da Prevent Senior.

(ii) Referem-se a adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços, que são alocadas as respectivas contas de resultado, no momento que a prestação do serviço é efetivada ou que produto adquirido seja efetivamente entregue a Empresa.

9. Investimentos em Controlada

O investimento é composto conforme segue:

	Controladora	
	2018	2017
Prevent Senior Corporate Operadora de Saúde Ltda.	771	299

Prevent Senior Corporate: Controlada constituída em 10 de janeiro de 2001 para operar planos privados de assistência à saúde nos termos da Lei nº 9.656/98, mediante a cobertura de custos assistenciais com a finalidade de garantir o acesso e atendimento por profissionais e serviços de saúde próprios e de terceiros integrantes da rede credenciada e referenciada, visando à assistência médica e hospitalar.

a) Movimentação dos Investimentos em Controladas

	Saldo inicial	Acréscimo de Investimentos	Resultado de equivalência	Saldo final	
				2018	2017
Movimentação em 2017	288	790	(780)	299	
Movimentação em 2018	299	760	(288)	771	

Dados do Investimento mantido em Controlada

Controlada	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Resultado do exercício
				2018	2017	
31 de dezembro de 2017	99,99	791	492	1.079	(780)	
31 de dezembro de 2018	99,99	919	148	1.059	(288)	

10. Ativos Imobilizados

a) Composição dos Ativos Imobilizados (Controladora e Consolidado)

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios da Empresa. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

Informações Consolidadas	2018		2017	
	% - Taxa anual de Depreciação/Amortização	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo contábil
Beneficentia em propriedades de terceiros (i)		88.985	(46.945)	40.404
Equipamentos de telefonia e informática	20	27.021	(17.008)	11.459
Terenos		36.453		36.453
Edificações	4	78.438	(3.417)	75.021
Máquinas e equipamentos	10	17.449	(5.429)	12.020
Móveis e utensílios	10	23.188	(10.346)	12.842
Instalações	10	11.595	(4.057)	7.538
Veículos	20	3.263	(840)	2.423
Equipamentos hospitalares	10	103.454	(36.041)	67.413
Aeronaves	10	41.854	(9.980)	31.674
Imobilizações em andamento (ii)		46.316		46.316
		477.818	(136.064)	341.753

(i) Substancialmente, o saldo é composto por obras e reformas realizadas em imóveis de terceiros.

(ii) Referem-se a construções e reformas de unidades próprias e que não estão em operação.

b) Movimentação dos Ativos Imobilizados Líquidos

Movimentação dos Ativos Imobilizados	Beneficentia, terrenos edificações e instalações	Equipamentos e máquinas, móveis e utensílios, veículos e aeronave	Total	
			Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
Adições	57.955	30.880	152.862	287.639
Transferências	(9.767)		9.767	-
Baixas	(1.835)	(46)	(1.881)	-
Depreciações e Amortizações	(12.408)	(20.432)	(32.840)	-
Saldo em 31/12/2018	168.722	173.032	341.753	

Considerando as características e valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica do imobilizado a Empresa procedeu à análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e como consequência desta revisão, não houve alteração nas taxas de depreciação utilizadas pela Empresa, as quais foram consideradas adequadas levando-se em consideração sua utilização e vida útil-econômica.

11. Ativos Intangíveis

Descrição	% - Taxa anual de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	
				2018	2017
Marcas e Patentes		483	-	483	
Licença de uso de software (i)	20	7.023	(5.017)	2.006	2.641
Direito de exploração hospitalar (ii)		3.558	(1.032)	2.526	2.669
Ágio (Goodwill) (iii)		37.518	-	37.518	
		48.582	(6.049)	42.533	43.311

(i) O período de amortização do intangível, licença de uso de software compreende o período de 60 meses;

(ii) Trata-se do direito permanente de exploração hospitalar em decorrência da aquisição de negócios hospitalares da Empresa CME Consultoria Médica Empresarial Ltda., na data de 30 de setembro de 2011 e vem sendo amortizado pelo período de exploração.

(iii) Ágio Goodwill na aquisição de investimentos em participações societárias - Referente aquisição do Hospital Salt Lake na data de 15 de abril de 2013, classificado no intangível pós alocação da mais valia de ativos, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (Combinação de Negócios). O teste de "Impairment" é aplicado no mínimo uma vez ao ano, tendo o último teste realizado em 31 de junho de 2018, sendo que neste teste foi empregado a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores semelhantes e relevantes, nas quais foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas;

a. Período de apuração: 01 de julho de 2018 a 31 de julho de 2022 e mais perpetuidade;

b. Taxa de crescimento na perpetuidade: 4 a. a. baseada na inflação (IPCA) de longo prazo;

c. Moeda de projeção: R\$ Nominal, considerando os efeitos de inflação;

d. Taxa de desconto: 16,08% de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) = modelo de precificação do ativo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

e. Premissas específicas: Demonstrações contábeis da Private e Informações financeiras e econômicas do Hospital Salt Lake, entre outras informações gerenciais que incluem orçamentos de ambas as unidades geradoras de negócios.

f. Premissas Macroeconômicas: Informações extraídas do Banco Central do Brasil e indicadores financeiros (PIB Serviços, IGP/M, IPCA, Cambio) projetados até o exercício de 2022.

a) Movimentação dos Ativos Intangíveis

	Marcas e patentes		Software		Direito de exploração hospitalar		Ágio		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 31/12/2017		483		2.641		2.669		37.518	43.312
Adições do exercício		-		258		-		-	258
Amortização do exercício		-		(894)		(142)		-	(1.036)
Saldo em 31/12/2018		483		2.006		2.526		37.518	42.533

12. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de Prêmios/Contraprestações (i)	58.344	49.997	58.344	50.258
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG (ii)	128.338	102.254	128.370	102.283
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (iii)	60.719	56.132	60.725	56.141
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (iv)	19.664	23.718	19.764	23.848
	267.064	232.101	267.202	232.530
Circulante	244.285	211.202	244.422	211.631
Não circulante	22.780	20.899	22.780	20.899

(i) Provisão de Prêmios / Contraprestações - representa os eventos indenizáveis já ocorridos e avisados pelo prestador de serviços à Empresa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os vencimentos dos valores estavam demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	56.746	48.659	56.746	48.920

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ans

Administradores e Quotistas da
Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa")
 São Paulo - SP

1. Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., ("Empresa")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. e Sua Controlada**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. e Sua Controlada**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A administração da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.**, e Sua Controlada é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e,

ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.**, e Sua Controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda** e Sua Controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.**, e Sua Controlada são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.** e Sua Controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.** e Sua Controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ou incluir modificação ou ressalvas em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.** e Sua Controlada não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura, a razoabilidade das estimativas contábeis e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com informações sobre a Prevent Senior Participações S/A. e suas Controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018		31/12/2017	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante											
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	523	443	1.014	3.351	Fornecedores	13	249	118	92.793	75.652
Aplicações Financeiras	3	574	83	622.490	391.936	Empréstimos e Financiamentos	16	4.086	3.956	8.604	9.458
Contas a receber	4	-	-	50.303	38.389	Débitos e provisões de Operações com Plano de Assistência à Saúde	17	37	79	273.779	239.170
Estoques	5	-	-	12.825	8.778	Obrigações Tributárias	15	24	1	41.601	31.408
Créditos diversos	7	75	216	12.394	13.704	Obrigações Trabalhistas	14	189	95	86.893	84.271
Impostos a recuperar	6	1	-	5.693	3.511	Dividendos a Pagar	-	16.518	7.835	16.518	7.835
Despesas Antecipadas	9	11	90	5.775	6.071	Total do Passivo Circulante		21.103	12.084	520.188	447.794
Total do Ativo Circulante		1.184	832	710.494	465.740	Passivo Não Circulante					
Ativo Não Circulante						Empréstimos e Financiamentos	16	5.921	8.815	7.588	10.525
Realizável a Longo Prazo:						Obrigações Tributárias	15	-	-	37.934	37.647
Aplicações Financeiras	3	-	-	38.450	27.607	Outros Débitos	17	-	-	25.629	24.249
Despesas Antecipadas	9	-	-	5.762	6.323	Provisões para Contingências	18	-	-	20.512	16.990
Impostos a recuperar	6	-	-	7.583	6.014	Provisões para Perdas em Participações Societárias	10	6.484	5.677	-	-
Transações com partes relacionadas	8	13.900	9.691	-	-	Total do Passivo Não Circulante		12.405	14.492	91.663	89.411
Depósitos Judiciais	18	54	54	10.136	6.928	Patrimônio Líquido					
Total do Ativo Não Circulante		13.954	9.745	61.931	46.872	Capital social subscrito e integralizado	19(a)	65.000	65.000	65.000	65.000
Total do Ativo		454.158	281.443	1.199.533	889.559	Reserva de Lucros	-	355.650	189.867	355.650	189.867
						Total do Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		420.650	254.867	420.650	254.867
						Participação de acionistas não controladores		-	-	167.032	97.487
						Total do Patrimônio Líquido		420.650	254.867	587.682	352.354
						Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		454.158	281.443	1.199.533	889.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Capital social subscrito e Integralizado	Reservas de Capital		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	65.000	8.045	119.335	-	192.380	79.665	272.045
Ajustes de participação societária por distribuição desproporcional de dividendos	-	-	-	-	-	(16.301)	(16.301)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	97.240	97.240	34.123	131.363
Constituição de reserva legal obrigatória	19(b)	4.862	-	(4.862)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19(c)	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	57.625	(57.625)	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos	19(c)	-	-	(34.753)	(34.753)	-	(34.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	65.000	12.907	176.960	-	254.867	97.487	352.354
Ajustes de participação societária por distribuição desproporcional de dividendos	-	-	-	-	-	(28.778)	(28.778)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	217.421	217.421	98.323	315.744
Constituição de reserva legal obrigatória	19(b)	10.871	-	(10.871)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19(c)	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	154.911	(154.911)	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais propostos	19(c)	-	-	(51.639)	(51.639)	-	(51.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	65.000	23.778	331.871	-	420.650	167.032	587.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
 A Prevent Senior Participações S.A. doravante denominada como "Companhia" é uma sociedade anônima de capital nacional fechada com sede social localizada na Rua Lourenço Marques, nº 158, 14º andar, bairro Vila Olímpia, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04547-100. A Companhia tem como atividades preponderantes: a participação em outras sociedades, como sócia quotista, acionista ou participante, bem como a administração de bens próprios.

A controlada Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. foi fundada em 4 de abril de 1997, tendo seu fundamento em um sólido conceito de atendimento médico: a medicina preventiva.

A inauguração do primeiro hospital da rede, o Hospital Sancta Maggiore Humaitá, com 18 leitos (oito de internação e dez de UTI) e um centro cirúrgico para atender seus 687 beneficiários, marcou o início de sua trajetória de sucesso.

Sua atividade preponderante é a operação de plano privado de assistência à saúde nos termos da Lei nº 9.656/1998, mediante a cobertura de custos assistenciais, com a finalidade de garantir acesso aos serviços de saúde próprios e de terceiros, integrantes da rede credenciada, visando incentivar práticas preventivas e prestar assistência médica-hospitalar com excelência. Assim sendo, o conceito de plano de saúde da operadora, baseado em sua vocação em cuidar de pessoas, foi criado com base na premissa de que não apenas procedimentos, mas o processo avaliado como um todo traz melhores resultados em termos de saúde individual e custos.

A controlada Espaço Terra Hotel - Convenções e Processos de Desenvolvimento Humano Ltda., tem como atividade preponderante a exploração por conta própria de espaço e infraestrutura necessária para hóspedes individualmente, lazer, realização de eventos de terceiros, reuniões, palestras corporativas, sociais e empresariais, convenções, feiras, congressos, cursos, treinamentos e conglômeros com fornecimento de alimentação e hospedagem.

A controlada Sancta Maggiore Remoções Ltda., tem como atividade preponderante a remoção de congestos, UTI Móvel, englobando atividades de unidades móveis terrestres por meio de ambulâncias, como auxílio de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde, aptos para realizarem atendimentos urgentes, base de apoio para empresas de taxi aéreo e serviços aeromédicos, desenvolvido fora da sede da sociedade e mediante o fornecimento da infraestrutura necessária ao atendimento e serviços afins, desenvolvidos com o auxílio de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde.

A Controlada Air Jet Taxi Aéreo Ltda., tem como atividade preponderante o transporte aéreo público de pessoas e cargas na modalidade de taxi aéreo, prestação de serviços aeromédicos, importação, exportação e comercialização de aeronaves, partes, peças, ferramental, suprimentos, componentes aeronáuticos e aeromédico.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 15 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS "Agência Nacional da Saúde Suplementar".

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo (International Accounting Standards Board - IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos na controlada pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto na legislação societária brasileira.

2.2. Base para as demonstrações financeiras consolidadas
 As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.1.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidada, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A controlada foi consolidada integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) Saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos integrantes do ativo/ou passivo mantidos entre a Companhia e suas Controladas; e (c) Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre a Companhia e a sua Controlada.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das suas Controladas abaixo indicada, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	% de participação	
	31/12/2018	31/12/2017
Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	71,52%	71,52%
Sancta Maggiore Remoções Ltda	99,99%	99,99%
Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	99,99%	99,99%
Air Jet Taxi Aéreo Ltda.	99,99%	99,99%

2.3. Principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

2.3.1. Apuração do resultado
 O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Receita:** reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as receitas.
- **Despesa e Custo:** São reconhecidos quando há uma redução do ativo ou registro de um passivo e podem ser razoavelmente mensurados.
- **Contraprestações Efetivas (Receitas das operações com planos de saúde privados):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável, a receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre tais receitas. As contraprestações líquidas / Prêmios retidos compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma "pro-rata" dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG - Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhos, conforme Resolução Normativa ANS nº 290/12 e alterações.
- **Eventos Indenizáveis Líquidos (Custos):** são os serviços prestados pelos profissionais e pelos hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos, juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados, e o os custos referentes a Rede Própria.

2.3.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras
 Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$).

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras Não Vinculadas a Provisões Técnicas
 Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.3.4. Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas
 Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro das provisões técnicas exigidas, mediante sua vinculação à ANS "Agência Nacional da Saúde Suplementar", conforme regras da RN ANS 392/15. As aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

2.3.5. Contas a receber
 As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 4.

2.3.6. Estoques
 Registrados ao resultado pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5.

2.3.7. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (controlada)
 São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida a conta de Provisão de prêmio ou contraprestação não ganha - (PPCNG), sendo as receitas das contraprestações reconhecidas pro-rata dia, de acordo com a vigência contratual. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias, em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário pessoa física e o custo engloba não só as parcelas em atraso, mas também, todas as parcelas de um beneficiário que tenha pelo menos uma parcela em atraso, de acordo com a posição da idade dos Saldos em Aberto. A Administração da Companhia revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira. Destacamos que, tendo em vista o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2018.

2.3.8. Investimentos

2.3.8.1 Investimentos em controladas
 Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias nas controladas.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	21	-	-	-
Custos dos serviços prestados	22	-	-	-
Lucro Bruto				
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		(10.632)	(4.343)	(362.843)
Despesas Administrativas e Comerciais	23	(10.666)	(4.343)	(346.044)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		34	-	(16.799)
Resultado Bruto Operacional		(10.632)	(4.343)	451.232
Resultado Financeiro Líquido		(1.123)	(1.837)	21.714
Despesas Financeiras	24	(1.126)	(1.839)	(51.137)
Receitas Financeiras	24	3	2	72.851
Resultado Patrimonial		229.176	103.420	12.050
Resultado da Equivalência Patrimonial	10	229.176	103.420	12.050
(=) Resultado Antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (-/+)		217.421	97.240	484.996
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)				
Corrente	20	-	-	(169.252)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.3.11. Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde são registrados no passivo com base na notificação da ocorrência da despesa assistencial até a data-base de cálculo, tendo como contrapartida a conta de despesa para eventos a liquidar.

2.3.12. Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições "não ganha".

O termo "não ganha" significa que o período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu, portanto, a operadora ainda não prestou o serviço para o beneficiário do plano, que é a cobertura contratual dentro daquele prazo, então, a operadora não pode registrar esse valor como receita até que haja cobertura contratual em relação ao tempo de vigência decorrido.

2.3.13. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões passivas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.3.14. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários ou financeiros são ajustados pelo valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia o efeito periódico deste procedimento e, nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2018 e de 31/12/2017, não foram transacionadas operações que se qualificassem como tal e que, portanto, devesssem ser trazidas ao seu valor presente.

2.3.15. Empréstimos e Financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

2.3.16. Arrendamentos Mercantis

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos (Arrendamentos a Pagar), pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada às taxas de depreciação mencionadas na Nota Explicativa nº 11.

2.3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro, para fins de determinação do exatidão, quando aplicável. Portanto, as inclusões e exclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou não tributáveis, respectivamente tomadas em consideração na apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários (IRPJ e CSLL) diferidos decorrentes de diferenças temporárias são somente reconhecidos na extensão em que sua realização seja provável.

2.3.18. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.4. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

2.4.1. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) que retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente foi calculada de acordo com Laudos Atuariais que estão em consonância as determinações da ANS.

2.4.2. Provisão Passiva para Ações Judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.4.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 4.

2.4.4. Vida Útil dos Bens dos Ativos Imobilizados e Intangíveis

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e do intangível no final de cada período e no mês de junho, respectivamente.

2.4.5. Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (Impairment)

A Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de Impairment do Agio, a Companhia e suas controladas empregam a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

2.4.6. Estimativas avaliadas para créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

2.4.7. Estimativas do Valor Justo

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 46/IFRS 13 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo seguindo as hierarquias demonstradas abaixo:

- **Nível 1** - Preços Cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo base em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações deverão ser adotados pela Companhia e suas controladas, quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2)/IFRS16 - Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamto CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil)

Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos mercantis nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração da companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, bem como para o exercício social a findar-se em 31/12/2019.

(ii) Interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3.

1. O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia e suas controladas devem aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.

2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia e de suas controladas.

3. **Nesta interpretação:** (a) "tratamentos fiscais" referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que elas planejam utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) "autoridade fiscal" refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) "tratamento fiscal incerto" é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação.

Alcance da interpretação:

4. Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a companhia e suas controladas devem reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação.

Questões da interpretação:

5. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata: (a) se a companhia e suas controladas devem considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a companhia e suas controladas devem elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a companhia e suas controladas devem determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a companhia e suas controladas devem considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamto não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, bem como para o exercício social a findar-se em 31/12/2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

2.6. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros e passivos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos e passivos financeiros com base nas categorias demonstradas abaixo. A mensuração subsequente de determinado item patrimonial depende da classificação do instrumento, sendo esta determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente pelas intenções da Companhia. Dentre os instrumentos consistem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas, além de contratos derivativos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas possuem investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras (classificadas entre circulante e não circulante).

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais ativos que a Companhia e suas controladas possuem nesta categoria são saldos de contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os Instrumentos Financeiros Derivativos) e fornecedores e prestadores de serviços médico-hospitalar.

Derivativos de Hedge:

As variações da moeda de câmbio para contratos de empréstimos e financiamentos, assim como taxas de juros e atualizações monetárias, expõe a Companhia e suas controladas aos riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Para mitigar os riscos envolvidos para estas modalidades, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para hedge accounting. As operações de Hedge apresentam a variação de seu valor justo contabilizados diretamente ao resultado financeiro.

Não Reconhecimento e baixa:

A Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	-	-	67	73
Banco conta movimento	523	443	947	3.278
Aplicações Financeiras	574	83	660.940	419.543
	1.097	526	661.954	422.894
Aplicações Circulante	1.097	526	623.504	395.287
Aplicações Não Circulante	-	-	38.450	27.607
	1.097	526	661.954	422.894

As aplicações financeiras (em moeda nacional) são representadas em sua integralidade por investimentos em Fundos de renda de liquidez imediata, e remuneradas pela taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Fundos de investimentos:

As participações em valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	52.093	39.136
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(1.790)	(747)
	50.303	38.389

(i) Constituída pela estimativa dos títulos de beneficiários em atraso há mais de 60 dias para os planos individuais.

Em 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos valores a receber estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	11.407	5.215
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	34.399	29.398
Vencidos de 31 até 60 dias	4.905	4.173
Vencidos de 61 até 90 dias	387	317
Vencidos de 91 até 120 dias	3	2
Vencidos de acima de 121 dias	992	31
Total vencidos	52.093	39.136
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.790)	(747)
	50.303	38.389

Não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2018.

5. Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Material médico-hospitalar	12.649	8.538
Outros estoques	176	240
	12.825	8.778

6. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2018	2017
IRPJ a compensar (i)	8.296	5.494
CSLL a compensar (i)	3.539	3.060
IRRF a compensar	290	7
PIS/COFINS a compensar	119	14
Outros impostos a recuperar	1.032	950
	13.276	9.525
Total Circulante	5.693	3.511
Total Não Circulante	7.583	6.014
	13.276	9.525

(i) Trata-se de antecipações de IRPJ e CSLL pagos por estimativa e saldos credores de períodos anteriores.

7. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	12	216	4.160	5.853
Adiantamentos a funcionários	18	-	6.019	5.486
Outros adiantamentos	45	-	2.215	2.365
	75	216	12.394	13.704

8. Transações com partes relacionadas

8.1. Saldos e transações em 31 de dezembro de 2018

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Natureza da operação				
Air Jet Taxi Aéreo Ltda.	AFAC	2.680	8.351	
Espaço Terra Hotel	AFAC	6.420	270	
Sancta Maggiore Remoções	AFAC	4.800	1.070	
		13.900	9.691	

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas antecipadas	11	90	11.537	12.394
	11	90	11.537	12.394
Total Circulante	11	90	5.775	6.071
Total Não circulante	-	-	5.762	6.323
	11	90	11.537	12.394

Referem-se a despesas antecipadas com serviços de publicidade a serem realizadas no prazo de 72 meses na Prevent Senior Private e despesas de seguros diversos e com aeronaves a serem realizadas no prazo de 12 meses.

10. Investimentos em controladas

a) Composição dos investimentos

	Em 31/12/2018				Controladora		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido da investida	% de participação no patrimônio líquido	Resultado do exercício	2018	2017
Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.	1.164.852	1.164.852	113.702	586.407	71,52%	345.245	419.375
Hotel Espaço Terra	5.902	5.902	42.065	(17.830)	99,99%	(6.593)	-
Air Jet	7.194	7.194	66.441	(56)	99,99%	(19.300)	-
Sancta Maggiore Remoções	1.058	1.058	1.968	(46.447)	99,99%	(4.192)	-
Total participação em controladas	1.179.006	1.179.006	224.176	522.074	-	315.160	419.375
Total investimentos	-	-	-	-	-	-	419.375

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

b) Movimentação dos investimentos

Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.

	Acréscimo/ Décrécimo de Investimentos		Resultado de equivalência e provisão para perdas		Saldo final	
	Saldo inicial				2018	2017
Movimentação em 2017	200.052	(85.102)	129.849	244.839		
Movimentação em 2018	244.839	(84.734)	259.271	419.375		

	Acréscimo/ Décrécimo de Investimentos		Resultado de equivalência e provisão para perdas		Saldo final	
	Saldo inicial				2018	2017
Movimentação em 2017	(14.221)	24.528	(15.413)	(5.106)		
Movimentação em 2018	(5.106)	24.351	(19.301)	(56)		

	Acréscimo/ Décrécimo de Investimentos		Resultado de	
--	---------------------------------------	--	--------------	--

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Composição das provisões de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro - corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro Antes do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)	217.421	97.240
Ajustes ao Lucro Tributável para apuração da alíquota efetiva	-	-
Adições Temporárias e Permanentes	30.095	26.430
Exclusões Temporárias e Permanentes	(259.271)	(129.849)
Total Adições/Exclusões, Líquidas Temporárias e Permanentes	(229.176)	(103.419)
Lucro Tributável	(11.755)	(6.179)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Subtotal- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	-	-
(-) Reduções e Incentivo fiscais	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	-	-
	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda	13.315	5.462
Contribuição social	4.921	2.599
Lucro Antes do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)	540.498	240.835
Ajustes ao Lucro Tributável para apuração da alíquota efetiva	-	-
Adições Temporárias e Permanentes	27.548	24.388
Exclusões Temporárias e Permanentes	(30.534)	(24.607)
Total Adições/Exclusões, Líquidas Temporárias e Permanentes	(2.986)	(219)
Lucro Tributável	511.512	240.616
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Subtotal- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	173.890	81.785
(-) Reduções e Incentivos fiscais	(3.069)	(3.003)
(-) Diferido	(1.569)	(1.959)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	(169.252)	(76.823)
21. Receita líquida		
	Consolidado	
	2018	2017
Receita de serviços prestados	3.042.652	2.463.375
(-) Glosas	(192)	(83)
(-) PIS/COFINS/ICMS	(101.204)	(79.265)
(-) INSS	(161)	(146)
(-) Vendas Canceladas	(5.225)	-
(-) Imposto sobre serviços	(59.332)	(47.387)
	2.876.538	2.336.494

Fernando Fagundes Parrillo - Diretor-Presidente

22. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Serviços	(2.062.463)	(1.845.945)
	(2.062.463)	(1.845.945)

23. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com Pessoal	(1.076)	(557)	(118.475)	(113.084)
Despesas com Serviços de Terceiros	(626)	(465)	(59.483)	(41.340)
Despesas com Localização e Funcionamento	(1.912)	(396)	(40.431)	(25.864)
Depreciação e Amortização	(2.115)	(2.104)	(30.505)	(30.696)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(513)	-	(31.607)	(38.147)
Despesas Administrativas Diversas	(4.373)	(739)	(61.148)	(31.180)
Despesas com tributos (IPVA, IPTU, Taxas)	(51)	(82)	(4.395)	(3.300)
	(10.666)	(4.343)	(346.044)	(283.611)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Receita com instrumentos financeiros	3	2	6.732	31.950
Outras receitas financeiras	-	-	66.119	26.958
	3	2	72.851	58.908
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(1.084)	(1.814)	(1.648)	(3.087)
Outras despesas financeiras	(42)	(25)	(49.489)	(34.618)
	(1.126)	(1.839)	(51.137)	(37.705)
Resultado financeiro, líquido	(1.123)	(1.837)	21.714	21.203

O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	217.421	97.240
Ações ordinárias em circulação	65.000	65.000
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	3,3449	1,496

Vania Aparecida Fazecas - Contadora: CRC 1SP 176014/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da
Prevent Senior Participações S.A. ("Companhia")
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Prevent Senior Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Prevent Senior Participações S.A. e suas controladas**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia**, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidada, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

26. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais e Políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, destinados a atender às necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, monitorados pela Administração da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos com caráter especulativo, pois a política estabelecida pela Administração, restringe a utilização destas operações apenas como proteção.

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes a natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito associado a possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pela possibilidade de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A Companhia e suas controladas também está sujeita a risco de crédito associado as suas aplicações financeiras, atenuada pela escolha de instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco da Taxa de Câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de câmbio associado a aplicações financeiras em moedas estrangeiras devido as variações nas taxas de câmbio.

O risco de câmbio associado a empréstimos em moeda estrangeira, está atenuado pela contratação de instrumentos financeiros derivativos do tipo *Swaps*, que estabelece uma paridade futura entre moedas: o Real e o dólar tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

c) Risco de taxa de Juros

O risco inerente a taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculados ao CDI, os quais a Companhia possuem empréstimos e financiamentos contratados. Para atenuar esta exposição, a Companhia e suas controladas concentra suas aplicações financeiras em títulos de renda fixa indexados à variação do CDI.

d) Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas administram seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo, monitorando o risco de insuficiência de recurso. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a administração mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

27. Seguros

A Companhia e suas controladas adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e operações.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidada ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidada representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019.



RSM Brasil Auditores Independentes
Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Roberto Henrique Santini
Contador
Contador CRC SP-247.963/O-5